



Artigo

Para uma compreensão da violência divina na educação: análise do conto *A Benfazeja* de Guimarães Rosa

For an understanding of divine violence in education: analysis of the tale *A Benfazeja* from Guimarães Rosa

Para un entendimiento de la violencia divina en la educación: análisis del cuento *A Benfazeja* de Guimarães Rosa

Sérgio Ricardo Silva Gacki^{*1}, Patrícia Rosí Prohmann^{2}**

^{*}Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Jaguarão-RS, ^{**}Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria-RS, Brasil

Resumo

Discutiremos, neste artigo, a complexa tecitura da violência divina no campo da educação e sua configuração na literatura em um conto de Guimarães Rosa. O conceito de violência divina foi desenvolvido por Walter Benjamin, que percebeu a educação como um dos exemplos para a aparição desta violência. Tal análise se sustenta também na visão do autor como perspicaz crítico literário, que expressou sua compreensão de que a arte possa ser manifestação de conteúdos implícitos, fragmentados e soterrados pela história contada nas versões oficiais. No “desvio” benjaminiano, esta análise pretende, à luz da hermenêutica filosófica e da psicologia, buscar um entendimento enriquecido e diferenciado que convide o leitor a uma compreensão mais profunda do texto e no que isso importa, para outro olhar sobre a educação. Benjamin caracterizou a violência em dois tipos: a violência mítica e a violência divina. O autor refere que a violência mítica recebe esse nome por ser cíclica, por se repetir entre instauração e manutenção do sistema. A violência divina rompe com o ciclo, pois de-põe o sistema, sem a intenção de instaurar nada no lugar, ela apenas se insurge, se rebela. Buscaremos, nesse sentido, uma possibilidade de oposição à violência mítica que compreendemos como a violência do Estado (que detém seu monopólio) e da manutenção do poder, conforme Walter Benjamin explicita no texto “Para uma crítica da violência” (1921).

Abstract

In this article we will discuss the complex weaving of divine violence in the field of education and its configuration in the literature in a short story by Guimarães Rosa. The concept of divine violence was developed by Walter Benjamin, who perceived

¹ Doutor em Educação, Professor na Universidade Federal do Pampa. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6462-4125> E-mail: srgacki@gmail.com

² Doutoranda em Educação pela UFSM. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-4367-9888> E-mail: patricia.prohmann@gmail.com

education as one of the examples for the appearance of this violence. Such analysis is also supported by the author's view as a keen literary critic, who expressed his understanding that art can be a manifestation of implicit contents, which are fragmented and buried by the story told in the official versions. In Benjamin's "deviation", this analysis intends, in the light of philosophical hermeneutics and psychology, to seek an enriched and differentiated understanding that invites the reader to a deeper understanding of the text and what matters for a different view on education. Benjamin characterized violence in two types: mythic violence and divine violence. The author refers that mythic violence is named because it is cyclic, because it is repeated between the establishment and maintenance of the system. Divine violence breaks with the cycle, because it deposes the system, without the intention of putting anything in place, it only insurge, it rebels. In this sense, we will seek a possibility of opposition to the mythical violence that we understand as State violence (which holds its monopoly) and the maintenance of power, as Walter Benjamin explains in the text "For a critique of violence" (1921).

Resumen

En este artículo discutiremos el tejido complejo de la violencia divina en el campo de la educación y su configuración en la literatura en una historia corta de Guimarães Rosa. El concepto de violencia divina fue desarrollado por Walter Benjamin, quien percibió la educación como uno de los ejemplos de la aparición de esta violencia. Tal análisis también está respaldado por la opinión del autor como un crítico literario entusiasta, que expresó su comprensión de que el arte puede ser una manifestación de contenidos implícitos, que están fragmentados y enterrados por la historia contada en las versiones oficiales. En la "desviación" de Benjamin, este análisis pretende, a la luz de la hermenéutica filosófica y la psicología, buscar una comprensión enriquecida y diferenciada que invite al lector a una comprensión más profunda del texto y lo que importa, para otra mirada a la educación. Benjamin caracterizó la violencia en dos tipos: violencia mítica y violencia divina. El autor se refiere a que la violencia mítica se nombra porque es cíclica, porque se repite entre el establecimiento y el mantenimiento del sistema. La violencia divina rompe con el ciclo, porque deposita el sistema, sin la intención de poner nada en su lugar, solo se insurge, se lo rebela. En este sentido, buscaremos una posibilidad de oposición a la violencia mítica que entendemos como violencia estatal (que tiene su monopolio) y el mantenimiento del poder, como explica Walter Benjamin en el texto "Por una crítica de la violencia" (1921).

Palavras-chave: Educação, Violência, Literatura, Hermenêutica.

Keywords: Education, Violence, Literature, Hermeneutics.

Palabras clave: Educación, Violencia, Literatura, Hermenéutica.

Introdução

Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir-lhe espaço.

Italo Calvino

A partir do reconhecimento de como reagimos ao nosso sofrimento, Calvino (1990) traz o *insight* que possibilita a compreensão das decisões éticas que permeiam nossa vida. Arriscar-se na aprendizagem contínua sobre a nossa condição é ter a coragem de reconhecer o que é preciso mudar ou preservar. Para a educação essa é uma lição valiosa e a violência divina se torna esse lugar arriscado que exige nossa atenção.

Discutiremos, neste artigo, a complexa tecitura da violência divina no campo da educação e sua configuração na literatura em um conto de Guimarães Rosa. O conceito de violência divina foi desenvolvido por Walter Benjamin, no seu texto “Para uma crítica da violência”, de 1921, sendo que neste, percebeu a educação como um dos exemplos para a aparição desta violência.

A escolha deste ensaio se deve especificamente a sua singular crítica, que foge do senso comum e da mera visão instrumental do tema da violência, presa ainda em uma análise moral, para perceber a violência como fenômeno. Trata-se de um texto escrito em 1921, mas que ainda resta muito atual, embora pouco discutido dentro da Educação.

Neste texto, o autor classifica a violência em dois tipos: a violência divina e a violência mítica. Dentro da violência mítica encontramos as forças que fazem a manutenção e a instauração do poder³; dentro da violência divina estão as forças que se insurgem e provocam a mudança sem almejar fins. O autor então faz uma análise da sociedade e dá alguns exemplos dos dois tipos de violência. Um dos exemplos que ele associa com violência divina é a educação. Quando Benjamin situa a educação no campo da violência divina, está conceituando um tipo de educação que remete a uma insurgência contra o que está estabelecido, a um questionamento das normas, a uma educação que provoca mudanças. Mas será que toda educação está justa e necessariamente imersa na pureza de não ter que se justificar, de não almejar fins como prevê seu conceito de violência divina? Justamente aí que relacionamos a educação, propondo uma revisão conceitual, com a crítica necessária. A educação pode ser então relacionada com a mesma classificação proposta por Benjamin para a violência: podemos pensar em educação mítica e educação divina. Para ampliarmos a compreensão do que seja educação entendemos que ela nasce com a proposta emancipatória do homem, mas marcada pelo signo da sociedade em que se baseia, ela pode ser usada para o controle e a obediência dos sujeitos expostos a essa proposta ou para seu crescimento e autonomia.

Além da crítica sobre a violência, se sustentam também na visão do autor, outras formas de compreender a realidade, através da pesquisa sobre a história dos oprimidos, vasculhando para além da história oficial, contada pelos vencedores. Para tanto, como perspicaz crítico literário, expressou sua compreensão de que a arte possa ser manifestação de conteúdos implícitos, que estão fragmentados e soterrados pela história contada nas versões oficiais. No “desvio” benjaminiano, esta análise pretende, à luz da hermenêutica

³ No seu texto “Para uma crítica da violência”, de 1921, Benjamin utiliza a palavra *Gewalt* que, no alemão, designa tanto violência como poder.

filosófica e da psicologia, buscar um entendimento enriquecido e diferenciado que convide o leitor a uma compreensão mais profunda do texto e no que isso importa, para outro olhar sobre a educação.

Benjamin chama a atenção de que essa força, na educação, pode se encontrar fora do direito, ou seja, fora do constituído, fora do que está estabelecido pelo sistema de leis e regras do Estado.

Esta violência divina não é atestada apenas pela tradição religiosa, mas encontra-se também na vida presente em pelo menos uma manifestação consagrada. O poder que se exerce na educação, que **em sua forma plena** (grifo nosso) está fora da alçada do direito, é uma de suas formas manifestas (BENJAMIN, 2011, p.152).

Ressaltamos esta passagem do texto de Benjamin, primeiro por ser uma das poucas vezes que ele referencia a educação neste ensaio, ao menos diretamente. Segundo porque ele enfatiza o fato da educação em sua forma plena, ou seja, fora da alçada do direito. Para a educação ser exemplo de violência divina ela precisa estar descolada das normas e leis estabelecidas pelo direito.

Benjamin aponta que a violência mítica recebe esse nome por ser cíclica, por se repetir entre instauração e manutenção do sistema. A violência divina rompe com o ciclo, pois de-põe o sistema, sem a intenção de instaurar nada no lugar, ela apenas se insurge, se rebela.

Buscaremos, nesse sentido, uma possibilidade de oposição à violência mítica que compreendemos como a violência do Estado (que detém seu monopólio) e da manutenção do poder, conforme Walter Benjamin explicita no texto "Para uma crítica da violência" (1921). Entretanto, a violência divina possui peculiaridades que a transformam numa força difícil de entender, e se tentamos limitá-la ou regrá-la, ela acaba por se desmanchar e descaracterizar, pois a violência divina não se justifica como meio nem como fim. Ela, violência divina, é o momento presente, como coloca Butler (2017), se dá no tempo messiânico, o tempo da vinda do messias que é o tempo-do-agora, em que se deve estar constantemente preparado, pois pode acontecer a qualquer momento.

(...) como podemos entender essa luz que interrompe aquela história, que propela e expela ao mesmo tempo? E ela interrompe a história apenas por um instante, ou pode parar ou mudar o curso de seu progresso? Como interpretamos este instante? (BUTLER, 2017. p. 106).

Percebemos, então, que a violência divina se configura como um lampejo, um indicativo sem controle, algo que precisa ser conquistado e mantido cotidianamente, poderíamos dizer que se trata de uma postura ética. Exige abertura ao novo, para poder ver a violência divina como ser/acontecer ético na Educação.

Por ser fugaz, por não objetivar uma finalidade, não pode ter líderes, nem regras, é um acontecer. Podemos fazer aproximações, e tentar entender

como ela se dá, e este é um esforço deste artigo, que ainda tenta pensar essa força na educação viva.

2 A violência divina e a educação

Ora, quando Benjamin aponta que a educação seria um exemplo de violência divina, pensamos: onde está a violência divina na escola? Por que a escola se torna o palco de disputas acirradas no contexto social? Para respondermos à pergunta de onde está a violência divina na escola, visto que este seria o local instituído da educação formal, percebemos que talvez na escola ela (a violência divina) esteja barrada pelo fazer burocratizado e com isso estejamos impedindo o livre pensar. Na escola, resta ao aluno obedecer e escutar ao professor, reproduzir seu ensinamento, sem questionar. Qualquer sinal de questionamento da ordem é punido individualmente, e os problemas são vistos de forma a propiciar o isolamento do infrator, nunca é visto como uma questão coletiva, que diz respeito às interferências nas relações éticas, como salienta Benjamin (2011) em seu texto, quando fala que a violência, qualquer que seja a causa atuante, “só se transforma em violência, no sentido pregnante da palavra, quando interfere em relações éticas”. As regras e a burocracia para o controle das pessoas interferem nas relações éticas. A partir daí temos uma causa atuante, que está plena de violência, a violência mítica.

A violência que ele denomina violência mítica está atrelada ao direito, pois ela está na esfera dos meios. Como está exemplificado a seguir:

(...) toda violência como meio é ou instauradora ou mantenedora do direito. Se não pode reivindicar nenhum desses predicados, ela renuncia por si só a qualquer validade. Daí resulta que toda violência como meio, mesmo no caso mais favorável, participa da problemática do direito em geral. (op. cit., p.136).

Ainda na esfera dos meios o autor questiona se não poderia haver outra maneira de resolver conflitos (lembrando que trabalhamos com a interferência em relações éticas) de forma não-violenta. Aqui ele faz uma ressalva, que qualquer resolução não-violenta de conflitos necessita não envolver o direito, ou seja, a não realização de qualquer contrato, pois o contrato é a garantia do uso da violência. Vemos aqui a importância de não esquecermos a violência que está na origem ou no desfecho de qualquer contrato jurídico, ou seja, está presente em todas as instituições reguladas pelo direito, ou na sua instauração ou na sua manutenção.

Assim como Benjamin ressalta que todo documento de cultura é um documento de barbárie e que a transmissão da cultura também envolve barbárie, aqui vemos que a contratualidade em qualquer relação revela a instauração e manutenção da violência mítica. Nos dois casos a educação se vê envolvida, por ser responsável pela transmissão da cultura e por fazer isso na forma contratual, pois a educação institucional se dá de forma regulada pelo Estado. Assim como o materialista histórico de Benjamin, o educador precisa buscar educar a 'contrapelo', tentando sair do ciclo mítico da reprodução homogênea.

Através do diálogo “existe uma esfera da não-violência no entendimento humano que é totalmente inacessível à violência: a esfera própria da 'compreensão mútua', a linguagem.” (Idem, p.139). Por essa proposta a educação se beneficia com a possibilidade de romper com o ciclo repetitivo de manutenção da violência, pois tem no diálogo um caminho para compreensão e exercício prático de passagem de conhecimento, através da linguagem.

Por isso entendemos que a escola está em disputa, porque ainda tem algo nela que aponta para uma diferença, algo que ainda não foi completamente subjugado pela violência mítica, algo na escola resiste. Quando vemos os educandos ocupando suas escolas, e lutando por elas, entendemos que estes estão lutando pelo que ela representa de espaço de manifestação de suas ideias. Os estudantes, no caso, não sabem onde isso acabará. Apenas decidiram não se submeter mais a uma educação que os invisibiliza, que os subjuga, que os impele a uma constante repetição do mesmo. Na escola ocupada⁴, por exemplo, acontecem aprendizados sobre política, arte, estética, ética, moral, no viver junto que os leva a pensar criticamente.

Essa escola, ora amada, ora odiada, é palco de lutas e palco de guerras. Em diferentes situações a violência se apresenta, ocasionando sofrimento pela violência mítica ou pela violência divina. Tal situação causa essa confusão de conceitos e de sentimentos em relação à escola, e, no caso das ocupações, num brilho fugaz a violência divina se apresenta como outra escola que resiste.

Importa ressaltar que na escola percebemos que a violência divina não é sangrenta, pois ela fala desde um ponto de onde o sujeito se coloca para o mundo, sem esperar nada deste mundo. Violência mítica é o desespero, a pressão, a falta de sentido. Tal violência na/da escola é o meio para um fim (trabalho, sucesso etc.), por que não dizer, o fio condutor e modo de ser.

Judith Butler parece se equivocar ao buscar “salvar” a violência divina, ao contrapor que ela não se direciona às pessoas, pois segue pensando sobre essa violência como algo que é empreendido contra o sistema, contra a matéria, contra os objetos, contra a violência das coisas sobre o humano. Na sua concepção podemos perceber a crítica contra o sistema, contra a propriedade privada, pois esta violência é contra os objetos, mas segundo ela, não contra as pessoas. Para Benjamin, a violência divina também estaria direcionada para pessoas e causaria mortes, a diferença é que não estaria justificada em nenhum sistema de meios e fins. Poderia se tratar de uma faceta da violência divina retratada por Benjamin, apesar de que ele refere também a violência contra os corpos, que a mera vida é uma vida indigna sobre a qual não se pranteia. Quando referimos que Butler tenta salvar o conceito de violência divina, é porque sua formulação vai de encontro a um entendimento da não-violência, da cultura da paz, que não se coaduna com o conceito de Benjamin, que não está interessado numa formulação apaziguadora da violência, mas de sua crítica enquanto fenômeno.

⁴ Entre 2015 e 2016, estudantes da rede pública de ensino, preocupados com os rumos da educação no país, passaram a ocupar as escolas, mais de 1000 ao todo, demonstrando o caráter educativo dos movimentos sociais e suas pautas reivindicatórias como válidas para uma sociedade que impedia a sua manifestação.

Neste sentido pensamos que na escola podemos compreender a educação como mais uma reprodutora da violência mítica. Sendo assim, o contraponto para um equilíbrio e questionamento necessário, poderia ocorrer na escola como espaço com condições de possibilidade para ocorrência da violência divina. Por isso a urgência da discussão sobre estas questões, alertando fundamentalmente para um novo entendimento do fenômeno da violência.

Na situação atual que vivemos de sucateamento da educação e intervenção do Estado, com escolas militarizadas ou privatizadas, podemos falar de uma “potencial” violência divina no contexto da Educação, como aventou Benjamin? Seria a educação uma possibilidade de contra-hegemonia frente à banalizada violência mítica perpetrada pelo Estado? Para entender estas e outras questões e aprofundarmos neste ponto do texto de Benjamin, recorreremos ao conceito de Judith Butler, sobre violência divina.

(...) “Para uma crítica da violência” (1921) tende a conceber a força messiânica da violência divina como uma ruptura da violência do direito (que também é uma escusa da culpa). (...). Não existe nenhum tipo de doutrina do messiânico para Benjamin e devemos começar nossa consideração dizendo que o messiânico é um esforço contradoutrinal de romper com os regimes temporais que geram a culpa e a obediência, ampliam a violência do direito e encobrem a história dos oprimidos (BUTLER, 2017, p.76).

Ao gerar a culpa e a violência, estes regimes temporais a que nos remete Butler, chamam a atenção para a maneira como carregamos o peso da tradição cristã no sentido do pecado, da culpa e da expiação, em que deveremos aceitar a infelicidade ocasional, abrindo mão do que acreditamos em prol de um dever imposto socialmente, vivendo sob a égide da violência mítica.

Essa força da violência divina recai então sobre o momento do agora, na preciosidade do instante, onde cada segundo pode ser a porta estreita por onde entra o messias, daí a referência ao tempo messiânico. A possibilidade de uma contra-hegemonia presente na educação estaria então nesta emergência do instante como força de mudança a cada escolha, a cada momento único que exige atenção plena.

Reflete Benjamin em “Teses sobre o conceito de História”, sobre o ponto essencial do tempo messiânico, para entendermos a violência divina:

Marx secularizou a representação do tempo messiânico na representação da sociedade sem classes. E estava bem assim. O infortúnio começou quando a social-democracia alçou essa representação a um ideal. O ideal foi definido, na doutrina neokantiana, como uma tarefa infinita. E essa doutrina era a filosofia elementar do partido socialdemocrata – de Schmidt e Stadler a Natorp e Vorländer. Uma vez definida a sociedade sem classes como tarefa infinita, o tempo homogêneo e vazio transformava-se, por assim dizer, em uma antessala, em que se podia esperar com mais ou menos serenidade a chegada de

uma situação revolucionária. Na verdade, não há um só instante que não carregue consigo sua chance revolucionária – ela apenas precisa ser definida como uma chance específica, ou seja, como chance de uma solução inteiramente nova em face de uma tarefa inteiramente nova. Para o pensador revolucionário, a chance revolucionária própria de cada instante histórico se confirma a partir da situação política. Mas ela se lhe confirma não menos pelo poder-chave deste instante sobre um compartimento inteiramente determinado, até então fechado, do passado. A entrada nesse compartimento coincide estritamente com a ação política; e é por esta entrada que a ação política, por mais aniquiladora que seja, pode ser reconhecida como messiânica. (A sociedade sem classes não é a meta final do progresso na história, mas sim sua interrupção, tantas vezes malograda, finalmente efetuada.) (BENJAMIN, 2005, p. 134).

A partir desta premência da ação no tempo-do-agora, Benjamin ressalta a ação política como chance revolucionária. Porque justamente a ação política? A noção de política vem primeiramente dos gregos em sua origem, e ela era considerada como ciência prática, juntamente com a ética. Política e ética então são conhecimentos que todo homem deveria conquistar e exercer para sua ação no mundo. Modernamente delegamos este poder para representantes e nos alienamos no tempo parasitário e mítico do destino. Segundo artigo de Achile Mbembe, publicado em 2017, no site Pensar Contemporâneo:

Sob tais condições, o futuro da política de massas de esquerda, progressista e orientada para o futuro, é muito incerto. Em um mundo centrado na objetivação de todos e de todo ser vivo em nome do lucro, a eliminação da política pelo capital é a ameaça real. A transformação da política em negócio coloca o risco da eliminação da própria possibilidade da política. Se a civilização pode dar lugar a alguma forma de vida política, este é o problema do século XXI (MBEMBE, 2017).

Orientados por Benjamin, procuramos perceber nos 'desvios' das demonstrações artísticas o aparecer da violência divina, sem fins. Na obra de arte, presenciamos de que forma a linguagem consegue transmitir algo além da história contada pelos vitoriosos. Nestes fragmentos podemos perceber a ideia que ficou subjacente no discurso e que somente a sensibilidade da arte pode recuperar.

3. No desvio benjaminiano: violência e educação em “A Benfazeja”

Na esteira do pensamento benjaminiano, vemos na literatura algo que pode nos ajudar a compreender, como faz o mito, através da narrativa de uma história um entendimento mais profundo.

O método benjaminiano do desvio desloca o olhar acostumado e preso ao caminho mais trilhado, para nos colocar no assombro de descobrir novas

paisagens, trilhas e fragmentos. Seu texto continuamente nos força a repensar nossas certezas, na descoberta literária e artística outra forma de percebermos a história.

O método assenta muitas vezes apenas num ligeiro, mas decisivo, desvio do olhar que permite ver o objecto a outra luz – quer se trate de um objecto sensível (artístico ou literário) ou filosófico, abstracto: por exemplo, uma filosofia da História lida a contrapelo das visões teleológicas ou cíclicas do séc. XIX (Hegel, Nietzsche), e cruzando pontos de vista messiânicos (mas não escatológicos) e materialistas (mas contaminados pela teologia, e não ortodoxos). É o que acontece em textos-chave da leitura da História por Benjamin, particularmente as *Teses sobre o conceito da História* e o *Fragmento teológico-político* (BARRENTO, 2012. p. 44).

Benjamin, que também era um crítico literário, foi muito além na sua análise das obras literárias. Descobriu toda uma forma de compreensão da história através destes resquícios da obra de arte. Percebeu que existia outra narrativa, diferente daquela contada pelos vencedores. Esta parte da história que se encontrava soterrada e precisava ser escavada nos escombros. Notadamente, precisávamos fazer uma arqueologia, uma busca pelo sentido das coisas além das banalidades cotidianas que se apresentam trivialmente diante dos nossos olhos.

Interrogar a obra de arte pelo desvio benjaminiano trata-se de um aventurar-se para além dos manejos trivializados nos estudos de história e filosofia. Seguindo este desafiador horizonte procuramos encontrar na literatura uma compreensão que desvele o conceito de violência (bem como seu aparecer e desdobramento), na tentativa de trilhar esse caminho por ele (Benjamin) descrito no conto “A Benfazeja”, de Guimarães Rosa, escrito em 1961. O texto tem essa profundidade e mistério que, na relação com o texto benjaminiano, parece desvendar no desvio os conceitos duros que dificilmente apreendemos de outra forma.

Este conto foi analisado, também a partir do viés da violência, no livro *Filosofia e Literatura*, no capítulo de José Roque Junges, intitulado “A expedição do bode, seu expiar: meditações sobre a violência a partir de 'A Benfazeja', de Guimarães Rosa”. A compreensão do autor sobre a questão da violência, neste texto, se limita a uma visão moral e não incorpora a sua relação com a educação nem com o entendimento que temos da violência através da crítica colocada por Benjamin. Nos limitamos a citar a existência deste capítulo de livro para ressaltar a importância deste texto na sua percepção e ideia de violência no aspecto filosófico.

O sujeito do texto é um narrador que intima e questiona a comunidade sobre algo que aconteceu em seu seio, sem ela dar-se conta do fato e, pior ainda, interpretando mal e condenando quem a libertava de ameaças. Trata-se de uma voz profética que interpela a consciência da comunidade depois do acontecido (ROHDEN; PIRES, 2009, p.171).

No trecho acima o narrador da história salienta o fato da comunidade, atravessada por seus preconceitos, julgar a mulher que os libertava. Percebemos que, talvez em todo o conto, mas principalmente na acusação do narrador, o quanto interpretamos mal a violência quando a vemos. A princípio condenamos qualquer ato violento de antemão. Precisamente onde a violência possa ser ato de coragem ou de libertação, é algo que precisamos refletir e questionar, pois podemos estar todos condenando aquilo que vem para nos libertar das ameaças.

O conto narra a história de uma mulher que vai aparecendo transfigurada a medida que a narrativa vai se transcorrendo. A princípio temos a impressão de uma pessoa má e violenta, de uma violência que é julgada pela sociedade. Aprofundando a análise vemos o espelhamento que a sociedade faz nela, bem como a projeção de suas maldades escondidas. A personagem principal nem tem nome, mas a chamam de Mula-Marmela, a abominada. Anda de cabeça baixa, encurvada, com os cabelos no rosto. Todos a evitam e a tomam como a personificação do mal em si, não percebendo o que de fato acontece.

Essa personagem sem nome, mas que é nomeada pelas pessoas como uma coisa ruim, de fato é alvo de preconceitos e serve para que todos possam aliviar suas culpas, pois ela serve de bode expiatório. Essa culpa antes referida, vemos nomeada no texto de Benjamin como padrão da violência mítica.

Na história o narrador dá a entender que Mula-Marmela mata o marido e cega o enteado, em nome de ver a cidade livre da violência que eles representavam. De fato, por uma consciência de que eles não parariam e que somente ela poderia por fim ao sofrimento, toma a decisão de acabar com aquela situação, tendo a coragem de ser violenta, na força que enfrenta o medo.

Guimarães Rosa assim retrata Mula-Marmela, sob o olhar do narrador:

Sei que vocês não se interessam nulo por ela, não repararam como essa mulher anda, e sente, e vive e faz. Repararam como olha para as casas com olhos simples, livres do amaldiçoamento de pedidor? E não põe, no olhar das crianças, o soturno de cativo que destinaria a adultos. Ela olha tudo com singeleza de admiração (2001, p.117).

Na caracterização do narrador, vemos a cegueira do povo daquela comunidade, que precisaria olhar com mais acribia, se interessar pelo conhecimento que desvela a fissura de um primeiro olhar mais superficial. Na atenção aos fatos e às pessoas, na vontade de compreensão e na participação efetiva no momento presente, poderia este povo ter outro entendimento e chegar a outras conclusões.

Na tecitura da história vemos como essa personagem feminina e forte, acaba cuidando do enteado cego, ela é guia deste cego. Se pensarmos que ela representa a violência divina, sendo a única capaz de conter e limitar a violência cega que ele carrega, vemos que o narrador assinala que ela é a única que eles temem e mais que isso, que ela age por amor. Se age por amor também temos aqui um indicativo da violência divina.

O cego se chama Retrupé, e as pessoas o evitam por sua violência. Ele seria um herdeiro da violência do pai, continuando seu trabalho. Porém ele é impedido pela cegueira, aparentemente causada por Mula-Marmela, e apesar de continuar violento, seu alcance agora está limitado e as pessoas o suportam na grosseria e lhe dão esmolas, sabendo que ele não pode mais atingi-las.

O conto representa essa força sem nome que preferimos repudiar, acreditar que não a temos e que quando ela aparece, o faz sem esperar reconhecimento. As pessoas reclamavam da violência do pai e do filho, mas não faziam nada para impedi-los. Sofriam seu destino e reclamavam, dizendo que sua força era nula perante a deles. Pai e filho representam a violência mítica que está instaurada pelo pai e tem continuidade representada pelo filho, pois a violência mítica tem essa duplicidade de ser instauradora e mantenedora (BENJAMIN, 2011) do ciclo da violência.

A única força capaz de contê-la é a violência divina, representada pela mulher, que arca com seu desafio no uso da violência para eliminar e neutralizar a outra. Ela não é compreendida, não é aceita e vai embora da cidade, tendo feito o que lhe cabia.

No conto, o narrador mostra aos moradores da vila aquilo que eles confundiam com maldade e indiferença. Da mesma maneira como acontece no entrelaçamento entre a violência divina e mítica que precisamos desfazer para compreender com qual delas estamos lidando e referenciando. A cegueira das pessoas, os preconceitos que influenciam na análise, a necessidade de mudar a percepção é mostrada no conto numa linguagem ambígua e mítica, tecendo junto com o leitor as considerações a respeito do que a primeira vista parece ser um caso de assassinato e violência, mas que vai adquirindo contornos mais complexos no decorrer da narrativa. Esta confusão trazemos para o campo da educação, juntamente com a necessidade de esclarecer e romper com essa compreensão mítica da realidade.

Nesse exercício hermenêutico, no desvio da literatura, como fazia Benjamin, temos a possibilidade de uma leitura mais profunda da realidade. Em “A Benfazeja”, vemos o caráter duplo da violência e manifestação social de repúdio da população às duas formas personificadas nos personagens, Mula-Marmela (violência divina) e o marido e seu enteado (violência mítica), pois não sabem diferenciar os tipos de violência, fora do senso comum, da moral, como soube fazer Benjamin ao escrever “Para uma crítica da violência”.

Necessário prestar atenção à preexistência da relação de Mula-Marmela com o algoz do povo, pois era sua esposa, onde havia amor e complementaridade (a violência se equilibrava), um dos polos surge como o equivalente e/ou superior (violência divina) em força para dar o limite, pois Mula-Marmela era esposa do bandido e o amava, e apesar do sofrimento que isto causou nela mesma, não se imiscuiu de sua decisão ética de frear o mal que ele ocasionava, sem medir as consequências, visto que a violência divina age de forma direta, sem propor meios nem fins, sem esperar nada em troca.

Para finalizar, o conto termina com a saída de Mula-Marmela da cidade, indo embora depois que o filho/enteado morre. Ela caminha sozinha, levando consigo um cão morto que acha no fim da rua, para lhe fazer companhia na morte. Reitera o narrador que ela se retira para morrer, agora sem função naquela comunidade. Será que na relação entre as violências, quando a

violência divina cumpre sua ação, eliminando e rompendo o ciclo da violência mítica, esta deixa de existir? Podemos pensar, através da análise do conto, esta possibilidade, pois a violência divina surge, num lampejo e se esvanece cumprida sua ação.

4. Considerações finais

Com Benjamin, este final fica em aberto, mas podemos pensar que as violências estão de certa forma associadas, pois a presença da violência divina se dá quando a violência mítica ameaça suplantar a todos, como no seu exemplo sobre o bando de Coré⁵. Ela vem sem avisar, de forma inesperada, não instaura nada, nenhuma lei, mas a depõe. Ainda no conto, Guimarães Rosa traz a questão da memória, como aviso aos habitantes da comunidade:

E nunca se esqueçam, tomem na lembrança, narrem aos seus filhos, havidos e vindouros, o que vocês viram com seus olhos terríveis, e não souberam impedir, nem compreender, nem agradecer (2001. p.122).

Trazendo esta análise para o campo da educação, a importância da memória através do registro passado entre as gerações, nada mais é do que a força preventiva da educação, para que este processo, da incompreensão do ciclo mítico, não necessite se repetir. Mas a memória sobre a qual escreve Benjamin é aquela que se constitui nos escombros do passado, pois precisamos estar atentos e buscar para além da história contada pelos vencedores nos chamados documentos oficiais. Da mesma maneira que no conto, os moradores da cidade não percebiam que foram salvos, até o visitante de fora, que é o narrador, retirar essa verdade dos escombros. E esse pode ser o papel do professor, na sua função de partilhar o conhecimento, para com aqueles que o ignoram, interpelando a história contada, fazendo perguntas e dialogando.

Percebemos que a violência divina no processo educativo é força em potência na educação, nem sempre percebida e muitas vezes confundida com violência mítica. Assim como os personagens violentos são colocados todos sob o mesmo olhar da comunidade, confundindo a violência mítica com a divina. Para a educação esta confusão priva educadores e educandos de lutarem, de questionarem, de se posicionarem de forma a entender o que realmente lhes aprisiona e o que os liberta.

⁵ Esta é uma referência à passagem do Antigo Testamento, Nm 16-17, onde se estabelece a revolta do bando de Coré questionando a liderança de Moisés, pois este se colocava como eleito por Deus e intermediário entre Ele e o povo. Os revoltados queriam estabelecer uma planificação do poder, dizendo que o Senhor estava entre eles e não apenas entre os sacerdotes. Benjamin parece fazer uma interpretação mais tradicional desta passagem, onde interpreta a relação direta de Moisés com Deus, significando neste contexto a violência divina que se abate sobre o povo no sentido de expiação e não de culpa. Outra interpretação seria mais política e atual no sentido da revolta do povo contra a autoridade estabelecida, e seu massacre através do medo, calando a revolta.

Referências

BARRENTO, João. Walter Benjamin: limiar, fronteira e método. **Revista Olho d'água**, UNESP/ São José do Rio Preto, 4(2): 1-115, Jul. – Dez./2012.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: **Escritos sobre Mito e Linguagem (1915-1921)**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. Tradução de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos L. Müller. In: LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 41-142.

BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MBEMBE, Achile. A era do humanismo está terminando. **Revista Eletrônica Pensar Contemporâneo**. Publicado em 25/01/2017. (Pesquisado em 05/07/2020).

<https://www.pensarcontemporaneo.com/humanismo-mbembe/?fbclid=IwAR1QA8R28Qc665dNp4LH6A3t2yD5y4k3yo70bpmEFPVSGa5P-lbjJWIOq-A>

ROHDEN, Luiz; PIRES, Cecília (orgs.). **Filosofia e literatura: uma relação transacional**. Ijuí: Unijuí, 2009.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. 15.a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Enviado em: 10/novembro/2019 | Aprovado em: 29/junho/2020